



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13785 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

### DISTRIBUIÇÃO DO CONHECIMENTO DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL: UM PROBLEMA DE POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E UM ESTUDO DE CASO DE IMPLEMENTAÇÃO

Marina Meira de Oliveira - PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

### **DISTRIBUIÇÃO DO CONHECIMENTO DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL: UM PROBLEMA DE POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E UM ESTUDO DE CASO DE IMPLEMENTAÇÃO**

**Resumo:** Este trabalho apresenta os principais resultados de uma pesquisa de doutorado que buscou mapear as desigualdades no acesso à língua inglesa no Brasil, e compreender a implementação de políticas voltadas a seu ensino em uma rede pública municipal. A distribuição do conhecimento de língua inglesa foi mapeada com base em dados quantitativos secundários, advindos de relatórios de proficiência e levantamentos estatísticos, e analisada em diálogo com a literatura sobre desigualdades socioeducacionais e princípios de justiça para sua correção. Observamos que maiores níveis de proficiência em inglês estão concentrados em grupos que acumulam posições sociais de privilégio, e que esse conhecimento funciona como um facilitador do acesso e/ou permanência nessas posições. Em seguida, realizamos um estudo de caso para compreender como são implementadas reformas curriculares voltadas a esse componente, à luz da literatura de implementação de políticas públicas. A análise do Programa Rio Criança Global na rede municipal do Rio de Janeiro entre 2010 e 2016 apontou para conflitos entre os agentes implementadores do nível central e local. Em meio a diferentes concepções sobre a relevância do ensino das línguas estrangeiras no contexto escolar, importantes desafios se interpuseram à construção de capacidades, e à garantia da aprendizagem da língua aos/às estudantes.

**Palavras-chave:** língua inglesa, desigualdade, política pública educacional, implementação

A origem da pesquisa de doutorado à qual se articula este trabalho remete às discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o *status* de “aprendizagem essencial” que a língua inglesa assumiu no documento. Uma das principais fontes de disputa no campo educacional nos últimos anos, a BNCC se apresenta como uma reforma curricular integrada à política nacional de Educação Básica, que busca contribuir para a garantia do direito à educação de todos/as os/as estudantes. Nesse sentido, buscam-se definir padrões mínimos que assegurariam esse direito na sua dimensão de aprendizagem.

No entanto, como aponta Cossentin (2017), um dos principais focos de controvérsia em torno da política vai além do documento em questão, e se refere à própria ideia que o embasa. Questiona-se a possibilidade (e a desejabilidade) de que se estabeleça um padrão de qualidade básico em si. Isto é, de que se definam aprendizagens essenciais a todos.

Por um lado, a política é vista de forma positiva por aqueles que enfatizam a universalidade da educação e do direito a ela enquanto um direito à igualdade e à participação social. Dentro dessa perspectiva, o acesso de todos a conhecimentos tidos como fundamentais seria um meio de combater a forte desigualdade social e escolar existente no país, contribuindo para a inclusão das camadas sociais historicamente excluídas. Uma das principais faces da disputa política sobre a proposta focaliza, portanto, a ideia de justiça educacional com base em uma perspectiva *redistributiva* dos conhecimentos escolares, que estariam concentrados em certos grupos.

Por outro lado, um projeto como esse seria considerado prejudicial à garantia do direito à diferença e à valorização da diversidade cultural do país. Nessa perspectiva, a escola é vista sobretudo como local de construção identitária, dado o longo processo de socialização ao qual os estudantes estão submetidos. A proposição padronizada de certos conteúdos acarretaria sua legitimação como aqueles “corretos” e “naturais”. Dessa forma, a política poderia reproduzir desigualdades existentes na hierarquização de saberes e no desrespeito a identidades. Ao problematizar a natureza do conhecimento escolar em si, e questionar o poder de certos atores em defini-lo, outra face importante da disputa sobre a BNCC a concebe menos como uma medida redistributiva, e mais como um movimento de homogeneização cultural que atenta contra a demanda por *reconhecimento*.

O debate sobre a inclusão da língua inglesa como um conhecimento “de base” no âmbito da política incorpora a mesma problemática. De um lado, o estabelecimento de sua obrigatoriedade curricular pode ser visto como uma ação em prol da democratização de um direito de aprendizagem, buscando reduzir as desigualdades de acesso a um conhecimento restrito a poucos. De outro, é considerado uma imposição cultural que reforça determinada

hegemonia linguística, reproduzindo o lugar de subalternidade atribuído a outras línguas e culturas.

Cabe destacar que as disputas sobre o mérito da questão têm sido ampliadas por uma questão de método: a forma como essa obrigatoriedade foi estabelecida. Primeiramente, ela foi atrelada a uma dimensão de *exclusividade* – a língua inglesa foi definida como a *única* língua estrangeira de ensino obrigatório na Educação Básica. Além disso, sua normatização se deu através de uma medida provisória em um momento político extremamente conturbado do país, indo de encontro à política linguística que vinha sendo construída até então. Desde a LDB/1996, passando pelas orientações presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) nos anos 1990, até as duas primeiras versões da BNCC, a obrigatoriedade legal se referia ao ensino de alguma língua estrangeira moderna, a ser escolhida pela comunidade escolar, considerando as possibilidades da instituição. Privilegiou-se, ainda, o desenvolvimento da habilidade de leitura, considerada mais relevante socialmente.

A Medida Provisória 746/2016 impôs uma mudança significativa na política nacional de ensino de línguas estrangeiras. Embora tratasse principalmente da Reforma do Ensino Médio, a Medida alterou a LDB e instituiu a língua inglesa como a única língua obrigatória a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. Em diálogo com a literatura mobilizada (MATLAND, 1995; BAUMGARTNER; JONES, 1993), é possível dizer que uma mudança exógena (abrupta, radical) reduziu a ambiguidade das políticas anteriores em prol da língua inglesa. Além de maiores definições sobre a língua a ser ensinada, a reforma também estabeleceu objetivos específicos de aprendizagem para cada ano, contemplando, ainda, o desenvolvimento da oralidade. Essa maior padronização inesperada aumentou o conflito em torno da política, e parte importante da literatura que a sucedeu tem buscado criticar e denunciar os efeitos deletérios da reforma para o ensino de outras línguas. Em geral, a nova política é compreendida como uma imposição neoliberal que reproduz uma “ideologia monolíngue” (LUCENA; TORRES, 2019) em torno da soberania da língua inglesa. No entanto, ainda há pouca discussão sobre a medida em que o conhecimento de língua inglesa, no Brasil, efetivamente funciona como mais uma camadas de (re)produção de desigualdades sociais e educacionais.

Buscamos, portanto, construir o tema do acesso à língua inglesa como um problema de política pública, ainda que *a posteriori*. Em seguida, considerando a curiosidade investigativa que ora se apresenta sobre a implementação de reformas curriculares, diante da recente aprovação da BNCC, lançamos um olhar sobre a experiência da rede pública municipal do Rio de Janeiro. Este município havia realizado uma reforma curricular similar quase uma década antes da política nacional, por meio do Programa Rio Criança Global.

## METODOLOGIA E RESULTADOS

Para alcançar o primeiro objetivo, mapeamos a distribuição do conhecimento de língua

inglesa no Brasil, e analisamos a medida em que ela se apresenta como injusta ou desigual, à luz de autores como Rawls (2000) e sua transposição para o contexto educacional (RIBEIRO, 2012). Diante da ausência de avaliações em larga escala no Brasil, reunimos dados quantitativos secundários, advindos de alguns dos principais relatórios disponíveis sobre proficiência na língua (ex: *English Proficiency Index*) e recortamos as informações apresentadas sobre o caso brasileiro. Para além do nível médio, buscamos investigar a distribuição dessa proficiência no país, por meio de levantamentos estatísticos recentemente divulgados. Dentre eles, o estudo desenvolvido por Mariani et al (2021), a respeito do desempenho na prova de língua inglesa no ENEM obtido por alunos de escolas públicas e particulares nos últimos dez anos. Revisamos também, pesquisas acadêmicas sobre o programa de internacionalização Ciência Sem Fronteiras, desenvolvido pelo governo federal em 2011.

À semelhança de uma tendência observada globalmente, o conhecimento de língua inglesa parece estar concentrado em regiões com melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico, como no Sul e Sudeste. Já o amplo levantamento realizado por Marini et al (2021) evidencia desigualdades sociais no acesso a essa língua. Ao analisar as questões do Enem aplicadas entre 2010 e 2019, o estudo compara os erros e acertos obtidos na prova de inglês por estudantes da rede pública e privada cujo desempenho no restante da prova era semelhante. Observa-se que as questões de língua inglesa são as que mais prejudicam os estudantes da rede pública, e favorecem os estudantes da rede privada, rebaixando suas notas e posições alcançadas. No âmbito do Programa Ciências Sem Fronteiras, ao analisar o perfil dos estudantes selecionados para o intercâmbio nos Estados Unidos entre 2012 e 2015, Borges (2015) observa que os maiores níveis de proficiência autodeclarada em inglês estão concentrados em grupos compostos por: homens, brancos, não cotistas, pessoas com maior renda familiar, e que frequentaram escolas privadas. Entre os que se percebem como mais prejudicados pela baixa proficiência em inglês, tanto no acesso ao Programa, como nas condições de permanência no intercâmbio, estão as mulheres, os cotistas, pessoas com menor renda familiar, e que frequentaram escolas públicas. No mapeamento realizado, o elemento em comum que se destaca como intermediador das desigualdades de conhecimento adquirido se refere à oportunidade de frequentar um curso de idiomas.

Argumentamos, portanto, que a distribuição do conhecimento de língua inglesa no Brasil é injusta, na medida em que posições sociais vantajosas atuam como fator arbitrário no acesso ao esse conhecimento, e que esse conhecimento, por sua vez, está implicado no acesso a outras posições vantajosas.

Aproximando-nos do segundo objetivo nesta pesquisa, buscamos compreender como ocorre a implementação de políticas e reformas no ensino de inglês, em um contexto de alto conflito. Para tanto, analisamos a implementação do Programa Rio Criança Global (PRCG) na rede pública municipal do Rio de Janeiro, no período 2010-2016. O programa promoveu uma reforma curricular na rede em relação à língua inglesa, universalizando o acesso à disciplina desde o 1º ano do Ensino Fundamental. Além disso, buscou desenvolver nos

estudantes a competência comunicativa na língua. Para analisar a implementação da política, reunimos documentos oficiais da rede e realizamos entrevistas semiestruturadas com 10 agentes implementadores, que atuavam no nível central (SME-Rio) e local (três escolas visitadas).

Observamos que os conflitos em torno da política se manifestavam tanto entre as diferentes línguas, quanto no interior do próprio campo voltado ao ensino de língua inglesa no contexto escolar. Neste âmbito “interno”, as disputas incidiam sobre o que deveria ser priorizado no trabalho com esse componente no contexto escolar: a proficiência linguística ou a formação cidadã, que muitas vezes são construídos como objetivos apartados ou dicotômicos. Na base desses conflitos, localizamos uma disputa entre distintas concepções sobre o que confere relevância social à aprendizagem de línguas estrangeiras na escola. Esse tipo de conflito esteve materializado na percepção de que “a escola não é um curso de inglês”. Dessa forma, a principal estrutura de incentivos e os instrumentos adotados na implementação da política, que se assemelhavam aos recursos oferecidos no âmbito de cursos de idioma (ex: material padronizado e estruturado) foram também objeto de disputas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À semelhança da BNCC, o PRCG não foi precedido de uma construção coletiva do problema, à luz das desigualdades socioeducacionais envolvidas no acesso à língua inglesa, o que elevou consideravelmente os conflitos em torno da política, percebida como uma medida impositiva e *top-down*. Sob uma lógica de implementação administrativa, buscou-se garantir que os recursos e a tecnologia necessária para atingir os objetivos chegassem aonde deveriam chegar e fossem efetivamente utilizados. No entanto, o elemento *conflito* em sua dimensão simbólica parece não ter sido considerado, ou até mesmo conhecido, pelas principais agências implementadoras. Diante da dificuldade de construir um consenso mais sólido sobre os fins da política, observamos estratégias de barganha/negociação e coerção que buscaram garantir uma conformidade mínima aos principais instrumentos adotados.

Por meio deste esforço de pesquisa, buscamos sinalizar a dificuldade de construir capacidades em um cenário de elevado conflito, e os prejuízos que essas dinâmicas geram especialmente para os beneficiários das políticas públicas educacionais: as crianças e jovens que frequentam a escola todos os dias.

## REFERÊNCIAS

BAUMGARTNER, F. R; JONES, B. D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BORGES, R. A. **A interseccionalidade de gênero, raça e classe no Programa Ciência sem**

**Fronteiras: um estudo sobre estudantes brasileiros com destino aos EUA.** Brasília, 2015, 215f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Brasília, 2015.

COSSETIN, V. L. F. Uma leitura ambivalente sobre a adoção de uma base curricular nacional: para fazer justiça à reflexividade da filosofia da educação. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 66, p. 295-311, 2017.

LUCENA, M. I. P.; TORRES, A, C. G. Ideologia monolíngue, mercantilização e instrumentalização da Língua Inglesa na alteração da LDB em 2017 e em anúncios publicitários de cursos livres. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 635-654, 2019.

MARIANI, D.; YUKARI, D.; TAKAHASHI, F.; SALDAÑA, P. Inglês no Enem é obstáculo entre aluno de escola pública e a faculdade. **Folha de São Paulo**, ano 101, n. 33.569, 28 de fevereiro de 2021.

MATLAND, R. Synthesizing the Implementation Literature: The Ambiguity-Conflict Model of Policy Implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory: J-PART**, vol. 5, n. 2, Apr. 1995, p. 145-174

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RIBEIRO, V. M. **Justiça na escola e regulação institucional em redes de ensino do estado de São Paulo**. São Paulo, 2012. 489f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.